

A Associação Comercial do Rio de Janeiro e suas alianças estratégicas.

NÍVEA SILVA VIEIRA*¹

Este artigo é produto de uma pesquisa que está em desenvolvimento, na Fundação Biblioteca Nacional, que versa sobre as disputas por hegemonia no interior da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) entre 1889-1916. A Associação Comercial do Rio de Janeiro é identificada como um partido, no sentido ampliado, em virtude de sua capacidade de organizar e fazer valer os interesses das frações de classe que representa. Neste trabalho analisamos centralmente a relação entre a instituição com o *Jornal Correio da Manhã* que cumpriu o papel de difusor das frações que não ocuparam a diretoria burocrática da instituição.

A ACRJ foi fundada em 1867, sob as bases da Sociedade dos Assinantes da Praça (SAP), atuante na Capital desde os tempos do governo imperial. A ACRJ desempenhou papel destacado na transformação dos interesses particulares de seus membros em interesses gerais da sociedade conseguindo inserir nas políticas públicas seus projetos. O objetivo desta pesquisa está em desvelar os consensos e conflitos entre as frações da classe dominante que fizeram da ACRJ, entre 1889 e 1916, o partido dos negociantes². Conhecer quais frações ocupou a diretoria³ da instituição, em que momento estas frações foram e deixaram de serem hegemônicas,⁴ quais acordos e

* Fundação Biblioteca Nacional. Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense.

² Nesta pesquisa entende-se por Negociantes os proprietários de recursos monetários que além da esfera da circulação, atuavam no financiamento, investiam em imóveis e controlavam o tráfico de escravos. Estes homens, donos de negócios e donos de dinheiro atuavam tanto na atividade comercial quanto na manufatura, nas casas bancárias, companhias de seguro, bancos e demais ramos da economia urbana. A principal característica era a diversidade de suas atividades, o que lhe assegurava uma posição privilegiada na sociedade brasileira, influenciando decisivamente tanto nos rumos da economia quanto nos da política do país. Para melhor compreensão sobre o debate do conceito de negociante, ver PINEIRO, Théo Lobarinhas. *Os "Simples Comissários. Negocio e política no Império. 2002^a*. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal Fluminense, Niterói.

Adotamos a concepção de Antônio Gramsci segundo a qual o partido é “[...] um organismo, um elemento complexo da sociedade no qual já tenha se iniciado a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e fundada parcialmente na ação.” (cf. Antônio Gramsci, 1978.)

³ É importante destacar que direção política não possui o mesmo significado de direção burocrática, visto que em um partido onde diferentes frações da classe dominante se organizam, não basta a conquista dos postos diretivos e burocráticos para que haja de forma imediata sua direção política. A direção política neste tipo de partido se constitui mediante aos conflitos e tensos arranjos. Na ACRJ, por exemplo, as frações de classe não hegemônicas no período analisado se utilizavam da imprensa como meio para influir politicamente no partido. Esta pesquisa deverá avaliar o impacto deste tipo de articulação.

⁴ Por hegemonia entende-se a atividade, descrita por Antônio Gramsci (2011), quando uma classe não se impõe mais como dominante estritamente pela força ou violência. Nestes casos, é necessário ultrapassar seus interesses meramente corporativos para alçar a direção moral e intelectual, fazendo concessões,

desacordos entre as frações hegemônicas e não hegemônicas no interior da ACRJ, nos ajudará entender como foi conformada a direção política da entidade no período proposto.

Os Jornais *Correio da Manhã* e o *Jornal do Commercio* que compõem o acervo da Biblioteca Nacional são fundamentais para compreensão dos consensos e conflitos entre as frações organizadas na ACRJ e conseqüentemente para o entendimento da direção política e da posição das frações não hegemônicas dentro da entidade. O *Jornal Correio da Manhã* publicou, em muitas ocasiões, resenhas críticas das assembleias gerais da entidade que permitem a observação dos conflitos, não registrados nas atas. O *Jornal do Commercio*, reconhecido pela proximidade com o poder, difundiu os projetos das frações que dirigiram a ACRJ divulgando sua atuação.

2.1-A Associação Comercial do Rio e Janeiro: O Moderno Príncipe

A primeira organização dos homens de negócio, o Corpo de Commercio, já em 1809, conseguiu do Regente um alvará destinando recursos da arrecadação para a instalação do Tribunal do Comércio, a promessa de construção de um prédio para a praça do comércio, inaugurado somente em 1820, e o estabelecimento de aulas de comércio. Em 1834, o governo Regencial aprovou o “Regulamento para a Praça do Rio de Janeiro” e, a partir de então, os negociantes passaram a se organizar na Sociedade dos Assinantes da Praça (SAP). A participação da entidade na defesa dos interesses de seus representados pode ser observada na elaboração do Código Comercial, na defesa da criação de um curso ligado ao comércio e na atuação da diretoria junto ao governo, para evitar a quebra de bancos durante a crise de 1834. (PIÑEIRO: Idem).

A entidade representativa dos interesses dos negociantes mudou novamente de nome e reformulou seus estatutos em 1867. Passou a ser denominada Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ). As mudanças que culminaram com a Reforma do Estatuto e com a mudança de nome da entidade estão relacionadas a conjuntura de 1850. Esta década foi marcada pela reorganização política, com o Regresso e a consolidação do poder monárquico, a expansão cafeeira, a legislação sobre sociedades anônimas (1849) e a promulgação do código comercial (1850).

buscando consensos provisórios, quando então consegue conformar um bloco social de forças que o intelectual sardo denominou por bloco histórico.



A ACRJ afirmou-se herdeira da SAP e definiu em seu estatuto ser representante dos interesses do comércio e da indústria, tanto do Rio de Janeiro quanto de outras províncias. A ACRJ definiu-se também como defensora e cooperadora de tudo que pudesse concorrer para o desenvolvimento e prosperidade da classe que representava.⁵ Este aspecto definiu uma característica fundante do “partido dos negociantes” ele era composto por diferentes frações do capital.

Na primeira República a ACRJ aprimorou seu programa e ampliou seu número de sócios no início do século XX, para garantir que seus projetos ganhassem peso político. Durante a gestão do Barão de Ibirocahy (1910-1916) a instituição passou a contar com um órgão próprio de divulgação de seus feitos, a *Revista da Associação Comercial do Rio de Janeiro*. Em sua direção o “partido dos negociantes” dirigiu o processo que culminou na *Fundação da Federação das Associações Comerciais do Brasil* (1912). Entre 1889-1930 a ACRJ estreitou aliança com grandes jornais, como o *Jornal do Commercio* e *Jornal O Paiz*,⁶ foi reconhecida oficialmente como Órgão Consultivo do Governo, através da criação do *Conselho Superior do Comércio e da Indústria* (1923), conquistou dois ministérios⁷ e dirigiu muitas comissões, que intervíram incisivamente nas políticas públicas, inclusive com apoio de outras entidades de classe. (VIEIRA: 2014)

No entanto, a mobilização permanente da ACRJ e a disputa por hegemonia na construção das políticas públicas ao longo deste período, não significou ausência de conflitos entre as frações que integravam a entidade. Alguns debates não foram realizados dentro da instituição, em virtude do choque de interesses entre as frações que ocupavam a diretoria da entidade e as frações não hegemônicas. Neste sentido,

⁵ De acordo com o estatuto definido no Decreto 11|12 de 1867, a diretoria da ACRJ reunia nove membros eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de dois anos. A diretoria dividia-se ente Presidente, Vice- Presidente, Primeiro e Segundo Secretário, Tesoureiro, ficando os outros quatro diretores como vogais. O estatuto estabelecia o máximo de três membros de uma mesma nacionalidade na diretoria. O Conselho Deliberativo da Casa era formado pela diretoria, pelos representantes de cada “classe”⁵ do comércio e da indústria e pelos delegados dos sócios que possuísem títulos de empréstimos contraídos pela instituição. Para dirimir os conflitos entre as classes, existia a Comissão Arbitral e o Júri de Apelação, que funcionava como instância de recursos da Comissão Arbitral. Esta configuração permitiu que a instituição organizasse as frações de classe em seu interior, resolvesse a maior parte dos conflitos internos e chegasse a alguns consensos. Como assegura Theo Piñeiro, a instituição desempenhou importante papel na vida política e econômica do Império, participando ativamente da aliança que construiu o Estado Imperial.

⁶ O Diretor do *Jornal do Comércio*, José Carlos Rodrigues (1908-1909), e o Diretor do *Jornal o País*, Barão de Ibirocay (1910-1916), foram presidentes da ACRJ

⁷ Leopoldo Bulhões e Pereira Lima foram nomeados respectivamente Ministro da Fazenda e Ministro da Agricultura enquanto exerciam a presidência da ACRJ.



entendemos que os projetos construídos dentro da ACRJ foram definidos mediante conflitos, negociações e tensos arranjos,⁸ expressos em alguns momentos em documentos da Associação e, em outros momentos, sobretudo marcados por divergências internas, documentados através da imprensa. Neste aspecto, os periódicos, *Jornal do Commercio e Correio da Manhã* oportunizaram a divulgação dos projetos e protestos das frações que disputavam hegemonia no interior da entidade.

2.2- Imprensa e poder na virada do século XIX para o XX

A imprensa brasileira passou por significativas transformações na passagem do século XIX para o XX, sobretudo no que diz respeito às novas tecnologias. Além do uso de um maquinário mais moderno, que implicou no aumento da capacidade produtiva dos periódicos, novas estratégias foram desenvolvidas para atrair um maior número de leitores.

De acordo com Nelson Werneck Sodré (), essa conjuntura demarcou a transformação dos pequenos jornais de estrutura simples, em empresas jornalísticas com estruturas específicas dotadas de equipamentos gráficos. Os jornais de pequeno porte, caracterizados como empreendimentos individuais deixaram as grandes cidades, impactando na redução de periódicos em circulação na capital. No que diz respeito ao plano da circulação, como destaca o autor, também houve grandes mudanças na relação entre os jornais e anunciantes com a política e com os leitores.

⁸O silêncio da ACRJ diante dos protestos dos comerciantes importadores, contra as companhias que operavam no Porto do Rio de Janeiro na década de 1870 é um exemplo deste conflito silencioso. Os diretores da ACRJ eram diretores destas duas companhias, acusadas de cobrar taxas abusivas, de atrasar proposadamente o despacho das mercadorias e de não fazer as melhorias que projetaram. Apesar das reclamações, a situação do porto do Rio de Janeiro e o conflito dos sócios com as companhias não foram mencionados em nenhum documento da entidade. Os importadores se reuniram fora da ACRJ e seus protestos só foram publicados na grande imprensa. Outra situação de conflito de interesses entre os diretores e as outras frações da ACRJ foi publicada pelo *Jornal Correio da Manhã* em matéria de 4 de novembro de 1902. A contenda, que não aparece nos Relatórios da entidade, se deu durante a assembleia geral que discutiu a homenagem e a concessão de títulos à Campos Salles, ao redator do *Jornal do Commercio* José Carlos Rodrigues e mais quatro Deputados. Segundo o *Jornal* a proposta foi rejeitada pela grande maioria dos sócios presentes na assembleia que acusavam a diretoria de “bajular” os inimigos do comércio. A despeito dos protestos, a homenagem foi realizada com todo requinte. Ver VIEIRA: Nivea Silva. *A Associação Comercial do Rio de Janeiro e o Porto: definição e redefinição de políticas públicas para o porto do Rio de Janeiro (1869-1934)*. Tese defendida no Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal Fluminense, 2014.



As impressões do jornalista Francês, Marx Leclerc (1942), em *Cartas do Brasil*, a cerca do panorama da imprensa durante o período em que a República foi proclamada, foram destacadas por Werneck:

A imprensa no Brasil é um retrato fiel e agudo estado social nascido do governo anárquico de D. Pedro II: por um lado, grandes jornais muito prósperos, providos de uma organização material poderosa e aperfeiçoada, vivendo principalmente de publicidade, organizados em suma e antes de tudo, como uma empresa comercial e visando mais penetrar em todos os meios e estender o círculo de seus leitores para aumentar o valor de sua publicidade do que empregar sua influencia na orientação da opinião pública. (Leclerc, Max, 1942 Apud Werneck, p 252)

Na descrição e análise do Jornalista, os jornais brasileiros ostentavam uma certa independência e se mostravam imparciais até a impossibilidade. Leclerc sublinhou que os “jornais de partido”, não eram bons negócios, pois viveriam de subvenções desses partidos, de grupo, ou de políticos. O jornalista francês comentou que a imprensa brasileira não procurava orientar a opinião pública, nem para o bem nem para o mau e não compreendia a sua função educativa, abandonando desta forma seu povo à ignorância e apatia.

A visão de que a imprensa brasileira do período estava apenas comprometida com os interesses comerciais também pode ser observada no livro escrito pelo ex Presidente da Republica Campos Salles, *“Da Propaganda à Presidência”*. No capítulo dedicado ao papel da imprensa em sua campanha para as eleições presidenciais e durante seu governo, Campos Salles (1998, p. 173) fez referência a afirmação de José de Alencar em que apontou que na capital, durante o Império, maravam-se as folhas políticas e só fomentavam as gazetas industriais. Como lembra o ex Presidente, José de Alencar comentou em certa ocasião que as folhas diárias de grande formato e circulação, constituíam o feudalismo da publicidade, pois em suas colunas estavam abertas à concorrência, importando mais a despesa que o conteúdo.

Campos Salles afirmou que o início do século XX ainda exprimia esta realidade, pois:

Mais de um século depois no novembro que me coube assumir o governo da República, era ainda precisamente esta situação do país, no que concerne à imprensa. Não existiam partidos políticos e menos se encontravam nas folhas diárias representantes caracterizados de opinião pública. Faltava pois ao governo, um órgão de vasta

circulação em que pudesse apoiar a sua política, descortinar seus intuítos, preparar a opinião e defender os seus atos. Faltava, em suma um *leader* da administração no jornalismo. Nestas condições só restava recorrer as gazetas industriais abertas à concorrência. (Salles, Campos, 1998, p.174)

Embora o ex Presidente tenha enfatizado a inexistência de órgãos na Imprensa alinhados com a política do governo ou que se demonstrassem fieis porta vozes de seus interesses, muitos jornais da grande imprensa possuíam uma relação intrínseca com o poder, mesmo mantendo uma relativa autonomia em relação ao governo. É importante destacar que a relação de alguns jornais da grande Imprensa com o poder não se restringia ao dialogo fraterno com as instancias governamentais, tais periódicos também aliavam-se às determinadas frações da classe dominante brasileira organizadas em sólidas instituições da sociedade.

O livro de Campos Salles aponta o papel da grande imprensa de auxiliar o governo e as frações da classe dominante no processo de construção da hegemonia. Em uma passagem de sua obra, Campos Salles destaca a importância da aliança com a “imprensa industrial”:

O meu governo, não cessarei de repetir, ia ser um governo de combate, teria de empenhar lutas tremendas, atacar preconceitos arraigados, destituir vícios que levavam a paralisia à administração, afrontar as coligações dos interesses feridos, impor severas restrições à despesa pública dar rigor ao regime tributário. Os menos clarividentes teriam lobrigado a necessidade de adquirir instrumentos de ação adequados a natureza de semelhante empreendimento. Era inevitável e fatal o recurso a imprensa industrial. (Salles, Campos, Idem, 174)

Além de dar destaque ao papel da imprensa ante a necessidade de construir o consenso na sociedade, isto é conquistar o apoio da população para a implementação de uma política de austeridade sem grandes contestações, Campos Salles apontou, como prática usual na história do país, a estratégia de subsidiar a imprensa com recursos públicos com o fim de garantir a propaganda do governo:

Em princípio e em boa fé, ninguém pode condenar o industrialismo do Jornal em seu sentido. Tão legítimo quanto os que demais possam sê-lo, quando exercido “do caráter honesto e retas intenções das pessoas que o dirigem”. Com esta índole o jornalismo

aparece em todas as partes do mundo civilizado, **capitando o favor público e prestando eficaz favor ao progresso humano** [grifo meu].
[...]

Mas, no seu desempenho de sua função de preparar a opinião pública para a aceitação de certas mediadas, ou de encaminhar certos acontecimentos, a sua ação pode ser prodigiosamente funesta, criando falsas correntes de opinião em desacordo com as tendências naturais e com a necessidade de uma situação. (Salles, idem)

Campo Salles se preocupou em ressaltar que seu governo não corrompeu a imprensa. Para validar sua argumentação, o ex Presidente recorreu à falas de alguns parlamentares registradas nos anais do Congresso ou em livros, em que assumiam a existência do repasse de verbas públicas para a imprensa alinhada com a política, como demonstra esta menção feita ao livro de ilustre abolicionista Joaquim Nabuco:

A questão da subvenção à imprensa, continua o Sr. Joaquim Nabuco, é das mais delicadas que se podem dar a um ministro. Nas contas das verbas secretas diferentes ministérios a que Nabuco pertenceu (1853,1857,1858,1859,1865,1866), há recibos de jornalistas a quem o governo auxiliava. Não era esse serviço nada comparável às grandes despesas que foram feitas em épocas posteriores com esse sistema e *à pedidos* e não tinha seguramente o caráter de compra de consciência. Obedecia a necessidade da defesa que as administrações todas serviram. Paraná confessou (26 de maio de 1858) que o seu ministério não era diferente nesse ponto. O sr. Deputado reconhece, e é sabido geralmente, que em toda a parte onde há sistema representativo o governo não pode lutar muito lutando contra a imprensa, se em face dessa impressão não houver quem o defenda, quem justifique e que explique a sua política. É sabido e o Sr. Deputado assinalou, que essa tarefa que acabo de falar custa sacrifícios que não são lucrativos, e, por conseguinte, é necessário que essa tarefa seja recompensada, não pretendo que meu ministro seja diferente de outros. ¹ (Campos, Salles, 1898: 175)

Apenas o governo provisório que inaugurou a República no Brasil, não usou do artifício de financiar a imprensa aliada, em virtude de ser uma ditadura, sendo conduzido por tanto, com o uso da força e do controle total da opinião pública. O Decreto nº 85- A, de 23 de dezembro de 1889, criou uma comissão militar para julgar crimes de conspiração contra a República e seu governo, aplicando penas militares de sedições os indivíduos que conspirassem contra a República e o seu governo, que

aconselhassem ou promovessem, por palavras, escritas ou atos, a revolta civil ou indisciplina militar; que tentassem subornar ou aliciar soldados ou oficiais, contra os seus deveres para com os superiores ou forma republicana; que divulgassem nas fileiras do exército e da armada noções falsas e subversivas tendentes a indispor-los contra a República e usassem de embriaguez para insubordinar o animo dos soldados.

O decreto 295 de 29 de março de 1890 é mais específico no objetivo de cercear a liberdade da imprensa, estabelecendo que todos aqueles que dessem origem ou concorressem pela imprensa, por telegramas ou qualquer outro modo, para pôr em circulação falsas notícias e boatos alarmantes que se referencie à disciplina dos corpos militares, a estabilidade das instituições e à ordem pública. O decreto de 22 de novembro de 1890 revogou os dois primeiros, em virtude da avaliação de que os perigos de conspiração contra o novo regime tinham cessado. (Salles, Campos:1898:176). Nelson Werneck Sodré () destacou a afirmação feita pela filha de Epitácio Pessoa, Laurita Pessoa Raja Gabaglia de que outros presidentes tiveram de adotar a mesma prática.

O ex-Presidente, Campos Salles, também chamou atenção para a necessidade de neutralizar a imprensa de oposição para se conduzir com êxito a dura política de contenção de gastos públicos, sem rejeição da sociedade .

Mas, os governos veem se frequentemente forçados a agir, não só no sentido de preparar a aceitação de certas medidas e de encaminhar os acontecimentos, como também para evitar a ação funesta dos que intentam criar falsas correntes de opinião. E foi esta positivamente a situação em que me achei. Encontrei em uma parte dos diretores de imprensa o arraigado preconceito de que o governismo é incompatível com a vida e prosperidade do jornal. O êxito, a fortuna, a glória, a popularidade, estão ao lado da oposição. O ataque ao poder, não importa por quê, é o estimulante atrativo à simpatia pública. Assim ao encetar a minha administração não era deplorável a situação em que se encontrava o país. Com seu crédito arruinado, com suas finanças avariadas e com uma concordata a executar, que teria de indicar aos escritores dessa escola a atitude por tomar. O que ia, sim, dar estímulo e vibração à ação jornalística e despertar arrebatados aumentos de patriotismo. Hipócrita, era simplesmente a *auri sacra fames*. (Salles., Campos, 1998,p.175)

Nelson Werneck Sodré (278), que aborda criticamente a relação da grande imprensa com o poder, ressalva que a preocupação fundamental dos jornais nessa época era o fato político e não a política propriamente dita. O fato político ocorria, em área restrita, referindo-se apenas área ocupada pelos políticos, por aqueles que estavam ligados aos problemas do poder. Nessa dimensão reduzida, compreende Werneck, às questões pessoais, giravam em torno de atos, pensamentos e discussões individuais, tendo os indivíduos como protagonistas dos fatos políticos. Nelson Werneck Sodré (278) interpreta que a virulência da linguagem da imprensa política ou o seu servilismo não estavam relacionadas a orientação, ou decisão, ou princípios., os jornais de oposição estavam interessados em destruir a pessoa, o indivíduo..

Werneck (275) interpreta que a imprensa acomodava-se ao poder político porque não tinha ainda conteúdo capitalista, em função de o Estado servir principalmente à estrutura pré-capitalista tradicional. Nosso entendimento é de que embora a escravidão tivesse acabado há pouco mais de uma década e o fato das relações capitalistas ainda não estarem plenamente desenvolvidas, nem toda a sociedade estava subjugada ao poder de um Estado, centralizador e manipulador da opinião pública. Como apontamos em outros trabalhos, antes mesmo da proclamação do novo regime, existiam importantes associações e instituições, formadas na sociedade civil com plena capacidade de intervenção na política e objetivações dos interesses de seus representados, como a Associação Comercial do Rio de Janeiro, objeto de nosso estudo.

A virada do século XIX para o XX foi marcada por mudanças tecnológicas na imprensa brasileira, mas não foi acompanhada pelo surgimento de novos periódicos. com o alvorecer da República, os grandes jornais continuaram os mesmos, com mais prestígio e força, os republicanos, com mais combatividade os monarquistas. O aparecimento de novos jornais não ocorreu imediatamente após a queda da monarquia. Alguns grandes jornalistas foram chamados para ocupar cargos no governo como Salvador de Mendonça, Rui Barbosa e Quintino Bocaiúva. (Werneck, p.21)

Segundo Werneck a entrada de Quintino Bocaiúva para ocupar o primeiro ministério Republicano era mais do que o reconhecimento de seus serviços e de seus méritos pessoais, por que era o reconhecimento que imprensa teria no advento do novo regime. (Werneck, Idem, p 251)

De acordo Giacomo Ammirato (1963, p. 104), os jornais que existiam no período imediatamente posterior a Proclamação da República eram Gazeta do Rio, O



Correio da Tarde, O Paíz, Jornal do Commercio, Correio do Povo, Cidade do Rio, Diário do Commercio, Diário de Noticias, Diário Oficial; Gazeta da Tarde, Gazeta de Notícias, O Dia, Jornal do Commercio, Tribuna Liberal, Brasil illustre, Exporte Ilustrado, Correio d' Itália, La Voce del Poslo etc.. O *Correio da Manhã* surgiria apenas doze anos depois do episódio da proclamação da República.

Correio da Manhã: o nascimento de um jornal de opinião

A primeira edição do *Correio da Manhã* foi publicada em 15 de junho de 1901. Sua Redação ficava na Rua Moreira Cesar 117, hoje Rua do Ouvidor, no centro do Rio de Janeiro. Fundado pelo advogado Edmundo Bittencourt, companheiro de jornalismo de Rui Barbosa durante o período que ambos estiveram à serviço do Jornal *A Imprensa*. Leão Veloso Filho, que assinava a coluna política com o pseudônimo de Gil Vida foi por alguns anos o redator chefe do Jornal.

Nelson Werneck Sodré que considerou a virulência da imprensa de oposição como reflexo da supervalorização do fato político, considerou em sua análise que o *Correio da Manhã* veio romper efetivamente o “contochão” de Louvores ao governo de Campos Salles, quebrando a palidez aparente, alcançada pelo suborno, pela sistematizada corrupção, institucionalizada pela compra de opinião da imprensa. Assim como o autor acreditamos que o jornal não dirigia sua crítica a tudo e a todos, nas palavras de Werneck “o jornal de Edmundo Bittencourt foi realmente o veículo dos sentimentos e motivos da pequena burguesia urbana, em papel dos mais relevantes.” (Werneck, Nelson, : 187)

Na primeira edição do Jornal o Diretor Edmundo Bittencourt destacou sua independência com relação a política partidária e destacou seu apoio aos interesses da lavoura e do comércio:

O *Correio da Manhã* não tem jamais terá ligações alguma com partido político. É uma folha livre que vai consagrar com todo ardor e independência a causa da justiça, da lavoura e do comércio- isto é a defesa dos direitos dos povo, do seu bem estar e das suas liberdades.

A praxe de quantos até hoje se tem proposto a pleitear no jornalismo a causa e o direito e das liberdades populares, tem sido sempre a começar por afirmar ao público a mais completa neutralidade.

O *Correio da Manhã* desgarra dessa praxe.

Nesta edição inaugural Edmundo Bittencourt colocou em evidência a questão da subvenção da imprensa com recursos públicos, acusando, sem nomear diretamente ,alguns jornais de práticas mercenárias, escamoteada pela auto definição de neutralidade e imparcialidade .

Em seu bom senso, nas observações de cada dia, sobejamente sai e o povo que essa nota de neutralidade de certa imprensa costuma carinha-se é, bastas vezes, uma estratégia para mais, a gosto e a jeito do poder ser parcial e mercenária. Jornal a que se propõe e que deveras defender a causa do povo, do comércio e da lavoura não pode ser um jornal neutro. Há de ser forçosamente um jornal de opinião e nesse sentido uma folha política, não da política interesseira dos partidos. Mas da política patriótica, nobre e sã, pela qual todo o cidadão quer que seja seu partido, seja quais forem as suas ideias tem o dever de interessar-se porque ela é que resolve todos os problemas econômicos jurídicos e sociais, no seio dela, e que se agitam todos as manifestações da vida nacional, pois isso os seus efeitos toca em todos os topos da nossa vida, até os mais instintos recantos.

Mas dessa política desapaixonada e nobre só uma imprensa francamente livre e independente pode se ocupar. Jornais que sevem aos interesses de um partido não podem pratica-lo e muito menos, aqueles que se deixam avassalar pelo governo, entram em contato com a verba secreta da polícia ou são iniciados nos impenetráveis mistérios das duas maçonarias de negócios que se chamam entre nós, Tesouro Federal e Banco da República

(Correio da Manhã, Idem)

Segundo Marialva Barbosa (2007:41) assim como ocorreu com a *Gazeta de Noticias*, em 1875, o *Correio da Manhã* também revolucionou o jornalismo ao valorizar a informação em detrimento da opinião. No entanto, identificamos diversas evidencias que apontam o comprometimento político com determinadas frações de classes e, por conseguinte, o posicionamento sobre o fato político. Seguindo a análise da autora, as noticias policiais, o dia a dia dos grupos populares, as reportagens e as entrevistas assumiam lugar de destaque. A crônica passava a ser mais valorizada, ligando-se a temas do cotidiano. O rodapé da terceira pagina do jornal era dedicado ao folhetim diário, ao contrario do que acontecia nos jornais da década de 1890, que davam espaço de primeira página aos folhetins.

A autora comenta que as estratégias editoriais, redacionais e administrativas do *Correio da Manhã* para atrair leitores atravessaram toda a primeira década do século.

As mais expressivas, segundo Barbosa, foram a inclusão de colunas, de queixas e reclamações, como as do *Jornal do Brasil* dedicada as “Queixas do Povo”.

De acordo com a pesquisadora em função dos virulentos ataques contra o governo de Campos Salles, sua publicação foi suspensa em 19 de novembro de 1904, durante o governo do Presidente da República Rodrigues Alves, só voltando a funcionar em 15 de dezembro do mesmo ano, tendo de conviver com um sensor diariamente em sua redação. (Barbosa:2007: p.42)

Dez anos depois de sua primeira publicação, o jornal *Correio da Manhã* mudou quase inteiramente, mas manteve nos dias de semana, o artigo de fundo crítico, com a Coluna Política sendo assinada por Gil Vidal, ou Leão Veloso Filho. Aos domingos, o jornal era impresso em 14 páginas demarcando mais um estilo literário. Ao longo destes anos também introduziu manchetes de páginas, com subtítulos maiores.

Segundo Barbosa (2007: p44) foram inúmeros os recursos administrativos e empresariais utilizados para conquistar um público cada vez mais amplo e heterogêneo. Uma dessas estratégias foi a manutenção do baixo preço, que o caracterizava como um dos mais baratos da cidade, custando o exemplar avulso 100 reis (como ressalta a autora, 100 reis correspondia uma passagem de bonde na época). Em dez anos, reforça Barbosa, o jornal aumentou sua tiragem de 3 mil para 30 mil exemplares. Ao fim dos anos 1910 publicou com destaque o fato de o jornal ter se expandido para outras unidades da Federação.

Comentar

O correio da Manhã e a expressão das frações não hegemônicas da ACRJ

Como todos os jornais privados, o *Correio da Manhã* também dependia do patrocínio dos negociantes.

ⁱ O livro a que Campos Salles se refere é a obra Joaquim Nabuco, Um estadista do Império.